

Faculdade  
de Ciências Econômicas  
UFRGS

# análise econômica

• **PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO DO GOVERNO COLLOR: CENTO E DEZ DIAS DEPOIS**

Yeda Rorato Crusius

• **SEGURO-DESEMPREGO E SUA INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO**

José Paulo Zeetano Chahad

• **RENDIMENTOS DECRESCENTES E PREÇO DO CAPITAL**

Paolo Sylos Labini

• **MARK-UP E DESTRUIÇÃO CRIADORA**

Flávio Vasconcellos Comim

• **TEORIA MONETÁRIA DE KEYNES**

Fernando Ferrari Filho

• **ESTADO E PEQUENA PRODUÇÃO**

José Juliano de Carvalho Filho

Ana Maria Castelo

• **RACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E ENSINO PROFISSIONAL (RS: 1889-1930)**

Sandra Jatahy Pesavento

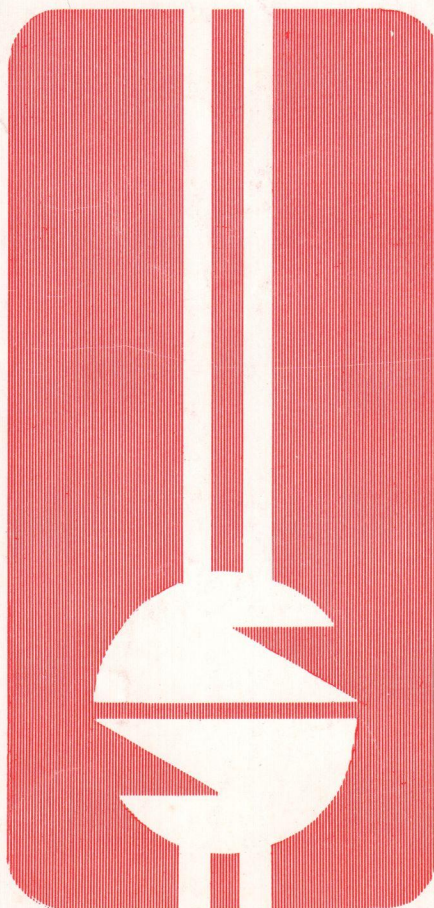
Sandra Jatahy Pesavento

• **CONTRIBUIÇÕES À TEORIA DA LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL**

Ruy Aguiar da Silva Leme

• **POLARIZAÇÃO E DÊSPOLARIZAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL**

Nali de Jesus de Souza



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Reitor: Prof. Tuiskon Dick  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
Diretor: Prof. Walter Meucci Nique  
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS  
Diretor: Reinaldo Ignácio Adams  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
Chefe: Prof. Pedro Cezar Dutra Fonseca  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA  
Coordenador: Prof. Nali de Jesus de Souza  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL  
Coordenador: Prof. Atos Freitas Grawunder

CONSELHO EDITORIAL: Achyles Barcelos da Costa, Aray Miguel Fel- dens, Atos Freitas Grawunder, Carlos Augusto Crusius, Ernani Hick- mann, João Rogério Sanson, Juvir Luiz Mattuella, Maria Imilda da Costa e Silva, Nali de Jesus de Souza, Nuno Renan Lopes de Figueiredo Pin- to, Otilia Beatriz Kroeff Carrion, Otto Guilherme Konzen, Paulo Alexan- dre Spohr, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Reinaldo Ignacio Adams, Rober- to Camps Moraes, Valter José Stülp, Yeda Rorato Crusius, David Gar- low (Wharton Econometrics Forecasts Association, E.U.A.), Edgar Au- gustó Lanzer (UFSC), Eleutério F.S. Prado (USP), Fernando Holanda Barbosa (FGV/RJ), Gustavo Franco (PUC/RJ), Joaquim Pinto de Andra- de (UnB), Juan H. Moldau (USP), Werner Baer (Univ. de Illinois, E.U.A.).

COMISSÃO EDITORIAL: Atos Freitas Grawunder, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Reinaldo Ignacio Adams e Roberto Camps Moraes.

EDITOR: Nali de Jesus de Souza.

SECRETARIA: Maria Ivone de Mello (normalização), Vanete Ricacheski (revisão de textos), Zélide Bregalda (Secretária).

FUNDADOR: Prof. Antônio Carlos Santos Rosa.

Os materiais publicados na revista **Análise Econômica** são de ex- clusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução total ou parcial dos trabalhos, desde que seja citada a fonte.

Aceita-se permuta com revistas congêneres. Aceitam-se, também, livros para elaboração de resenhas ou resenhas.

Toda correspondência, material para publicação, assinaturas e permutas devem ser dirigidos ao seguinte destinatário:

PROF. NALI DE JESUS DE SOUZA  
**Revista Análise Econômica**  
Av. João Pessoa, 52  
90.040 – PORTO ALEGRE (RS), BRASIL  
Telefone: 25-58-44 ramal 33

# RACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E ENSINO PROFÍSSIONAL : A ALIANÇA ENTRE O GOVERNO E O CAPITAL (RS: 1889-1930)

Sandra Jatahy Pesavento\*

A República Velha Gaúcha inseriu-se no processo de transição de um predomínio quase que exclusivamente agrário para uma nova situação na qual começaram a se fazer sentir as pressões de uma nova ordem urbano-industrial emergente. Tal constatação, porém, não invalida a idéia de que o contexto geral, não apenas da região como do país como um todo, continuasse predominantemente agrário. No decorrer da Primeira República brasileira, os industriais, que viviam o seu momento de afirmação, tiveram sua atuação inserida e delimitada nos quadros de um Estado oligárquico, conduzido segundo os interesses de uma burguesia agrária.

O que se coloca em questão, todavia, é que as generalizações feitas para a República Velha como um todo não dão conta da heterogeneidade dos setores agrários nas diferentes regiões do país nem das composições específicas que são feitas, regionalmente, com as frações não-agrárias da burguesia nacional. No caso do Rio Grande do Sul, a fração da burguesia agrária que compunha o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) precisou fortalecer-se através de alianças com as frações não-agrárias da burguesia regional para conseguir manter afastada do poder político a parcela dos pecuaristas que integrava o Partido Liberal (PL) do Império e que havia sido afastada do governo com a Proclamação da República.

---

\* Professora do Curso de Pós-Graduação em História da UFRGS. Doutora em História.

ANÁLISE ECONÔMICA	ANO 8	Nº13	MARÇO/90	p.145-159
-------------------	-------	------	----------	-----------

O preço desta aliança foi a elaboração de um projeto regional de governo para o Estado gaúcho que contemplasse os diferentes setores econômicos rio-grandense, postulando um desenvolvimento capitalista global.

O Estado gaúcho não era, portanto, nem totalmente agrário nem notoriamente industrial. Os empresários encontravam, em parte, seus interesses econômicos específicos viabilizados num governo que se propunha, entre suas metas explícitas, o desenvolvimento industrial.

O Estado se propunha a desenvolver o setor secundário do Rio Grande e defendia certos interesses caros aos industriais. A estabilidade cambial, o equilíbrio orçamentário, a defesa das “indústrias naturais”, a conquista do mercado nacional, o protecionismo moderado combinado com a desagravação balanceada interna, a preservação do mercado regional eram motivos ponderáveis, que marcavam sólidos laços de complementaridade com a fração agrária do PRR. Essas metas seriam complementadas pelas formas de atuação do Estado tendentes a racionalizar a produção.

A racionalização da produção foi uma das metas buscadas pelo PRR na sua tentativa de pôr em execução o projeto regional republicano.

Para o Estado gaúcho da Velha República, a racionalização da produção implicava a realização de aperfeiçoamentos técnicos no processo produtivo e no desenvolvimento do ensino profissional. Observa-se a associação entre os objetivos do progresso econômico com os da educação, através do conhecimento científico. Tanto o progresso seria obtido pela aplicação da ciência à tecnologia quanto o ensino profissional habilitaria os técnicos de nível superior e inferior a serem os agentes desta renovação. Assim, os princípios de inspiração positivista mais uma vez atuavam a serviço das necessidades da produção e dos interesses dela decorrentes, convertidos em proposta político-ideológica.

No contexto europeu do século XIX, onde surgiu, o positivismo foi uma das correntes ideológicas de justificação do triunfo da sociedade burguesa e do modo capitalista de produção.

Os princípios norteadores do positivismo – ordem e progresso – estão assim diretamente relacionados com o processo em curso na sociedade: a ordem burguesa era o elemento a conservar, o progresso econômico, o objetivo a cumprir.

Existe, pois, uma clara vinculação entre a idéia de progresso e os começos do surto industrial, aparecendo o empresário como uma dinâ-

mica força da sociedade na percepção comtista.

O comtismo revela-se, assim, com um conteúdo inegavelmente “progressista-conservador”: o progresso econômico só pode ser obtido se uma determinada ordem for mantida, na qual os homens ocupam papéis definidos e da qual for extirpado o conflito.

A partir de tais pressupostos, retomam-se os conceitos interligados acima mencionados: a racionalização e a educação. Ambos apresentavam-se como a estratégia básica para se atingir o progresso econômico através da manutenção da ordem social.

A educação, no caso, revestia-se não apenas de um conteúdo instrucional científico – transmitir saberes, habilitar tecnicamente, aperfeiçoar a produção, produzir mais e melhor –, mas também de uma conotação moral: o processo educacional é sempre um veículo de adestramento moral e ideológico, pautando condutas, normatizando ações, conformando mentalidades, com o que se solidificava a ordem burguesa instituída.

A transformação da sociedade na direção do capitalismo requeria, pois, um esforço educacional sistemático, segundo as linhas positivistas, objetivando formar uma opinião pública adequada à manutenção da ordem. Neste contexto, a questão da moral joga um papel essencial: é através da educação positiva que deve ser reforçado o componente moral da ação social.

Neste sentido, a ciência, a educação e a moral se convertem num instrumento poderoso de controle social e de veiculação ideológica de uma forma específica de reorientação da sociedade, na qual os indivíduos devem se apresentar despidos de seus interesses egoístas e particulares, neutralizando-se assim o conflito em função da garantia da estabilidade social e do chamado “bem comum”.

A função moralizadora da educação extrapolava, contudo, a simples adequação da conduta do cidadão a normas condizentes ao “viver social”. Ia mais fundo, dirigida ao próprio âmago das questões centrais do capitalismo, como, por exemplo, a inovação tecnológica.

Preocupado com o aperfeiçoamento racional e científico da produção industrial do Estado, a fim de garantir colocação a bom preço e em condições de competitividade no mercado nacional e internacional, o governo rio-grandense buscou orientar os empresários e fiscalizar a produção.

Neste sentido, criou as Delegacias de Higiene em todos os municípios para prevenir a adulteração dos produtos.

Paralelamente, o governo criou estações agronômicas, com o fim de amparar setores da "indústria natural" como o vinho, baseado no princípio de que era preciso "promover a rápida substituição de atrasados e rotineiros processos de cultura por outros mais perfeitos" (Mensagem Presidencial de 1899). Cria-se então, em 1898, a Estação Agronômica Experimental, destinada a ser uma escola de aprendizagem e difusão de conhecimentos técnicos. Dentre as suas preocupações, estava a de aperfeiçoar os processos de fabricação de vinhos a fim de obter um produto de melhor qualidade. Para tanto, foi criado junto à Estação Agronômica um Laboratório de Análises para que fossem conhecidas as imperfeições do processo de fabricação e dada uma orientação segura aos vinicultores.

Em relatório apresentado em 1903, o diretor do Laboratório de Análises do Estado descrevia suas atividades:

*Fiscalizar todos os gêneros produzidos no Estado, reprimir as falsificações, reconhecer os defeitos, estudar os processos de fabricação, para poder aconselhar a melhora e o aperfeiçoamento dos produtos, é no meu entender o mais sério dos deveres do Laboratório e a mais importante das lacunas que ele veio preencher. [...] A indústria não pode aperfeiçoar-se nem progredir se não à custa do conhecimento das leis que regem a própria natureza. [...] A indústria, para ser útil, precisa obedecer a preceitos científicos e desprender-se do seu egoísmo originário, tornando-se social. [...] Influir beneficentemente sobre os produtos pela vulgarização do ensino prático; criticar os processos de fabricação, indicando as modificações necessárias para aperfeiçoá-las; convencer os industriais da necessidade das máquinas e demonstrar a vantagem da associação em todos os empreendimentos industriais foi o que a presidência do governo rio-grandense julgou indispensável encetar no Rio Grande, criando a Estação Agronômica, o Laboratório de Análise e Postos Agronômicos na região colonial. [...] Propagando o ensino industrial, corrigindo os defeitos dos produtos pela substituição racional dos processos atuais de fábrica, por outros mais aperfeiçoados, terá o poder público despertado a iniciativa privada e a cooperação das classes ativas no grande tentamen da reorganização e sistematização da nossa indústria.*

Deve ser destacado o tom acentuadamente positivista das afirmações: a subordinação da técnica à ciência, distinguindo a prática do conhecimento e estabelecendo uma relação autoritária de mando. A ciência, por seu turno, subordina-se à moral ("o sentimento", no texto), o que implica reconhecer que deve objetivar o bem social e não atender às preocupações individuais de lucro. Enquanto discurso, a colocação

legítima o próprio lucro e a iniciativa privada, desde que despida de egoísmo (o que, sem dúvida alguma, é um critério de análise valorativo mas vago).

Por outro lado, ao enfatizar a necessidade de renovação dos processos produtivos por métodos mais aperfeiçoados, o trecho citado aponta para a importância da difusão do ensino técnico e do associativismo dos produtores, questões que, na orientação do governo, se encontravam interligadas.

O resultado final de todo este processo de racionalização da produção será o da vitória do capital industrial sobre a produção artesanal/doméstica, ou a vitória dos processos mais científicos, mais tecnificados, sobre os rudimentares processos caseiros utilizados pelos pequenos produtores. Não se quer, com isso, dizer que o Estado venha a ser o promotor ou o instrumento direto ou exclusivo dos empresários, mas sim que ele legitima e auxilia institucionalmente a ultimateção de um processo que interessa à burguesia industrial.

Tais medidas eram complementadas com outras relativas à difusão do ensino técnico, que era estimulado e patrocinado em dois níveis: a Escola de Engenharia, estabelecimento de ensino superior, destinado a formar a elite de técnicos, e as escolas profissionais, para o operariado. Reproduzia-se, assim, a distinção positivista entre a ciência e a técnica.

Fundada em Porto Alegre, em 1896, por um grupo de engenheiros-militares adeptos do positivismo, aos quais se acrescentaram engenheiros civis, também positivistas, a Escola de Engenharia tornou-se um dos principais centros de propagação da influência comtista e do primado do cientificismo e da técnica, que caracterizou o início do século no Rio Grande.

Não se trata, evidentemente, de entender o positivismo de uma forma rígida ou doutrinária, mas sim de observar de que modo princípios e idéias eram adequados a interesses sociais e políticos presentes numa sociedade que, progressivamente, se tornava burguesa e capitalista. Veja-se, a propósito, a importância do engenheiro na sociedade segundo Comte (Discurso sobre o Espírito Positivo):

*Uma classe intermediária surgiu entre os cientistas, os artistas e os artesões – a classe dos engenheiros, e desde este momento, pode-se considerar a combinação das duas capacidades (científica e industrial). Tornou-se cada vez maior, a tal ponto que hoje, na opinião geral dos cientistas e dos artesãos (embora em menor grau nesta última), o verda-*

*deiro destino das ciências e das artes é de se combinarem para modificar a natureza em benefício do homem, umas estudando-a para conhecê-la, e as outras aplicando este conhecimento.*

O engenheiro era entendido, segundo Comte, como o agente social que reunia em si o conhecimento científico ao uso da técnica e aplicava-o na vida prática, a serviço do capital. Daí, pois, o prestígio da Escola de Engenharia, que formava uma elite de “tecnocratas”.

A cargo da Escola de Engenharia passaram a funcionar, nos anos subsequentes, o Instituto Técnico-Profissional Benjamin Constant, para operários, e o Instituto Agronômico e Meteorológico, que se complementavam, com a Escola Agronômica e Veterinária. Em 1912, era fundado o Instituto Eletro-Técnico Montaury, perseguindo o objetivo de criar uma universidade técnica e profissional. Em Pelotas e Canoas localizaram-se institutos profissionais de Agronomia, sendo o primeiro sustentado pela municipalidade e o segundo pelas escolas cristãs da localidade.

Para o governo, a situação se apresentava como uma das formas de obter a racionalização da produção industrial, dentro do seu projeto regional de desenvolvimento capitalista para o Estado. Um parecer emitido pela comissão de orçamento da Assembléia de Representantes, em 1908, sintetiza bem a posição do governo a este respeito:

*O ensino profissional é a alavanca poderosa que melhora e multiplica a ação humana. A indústria moderna reputa como seu principal título de glória o apoio que a inteligência esclarecida lhe presta a cada instante, submetendo a seu domínio, subjugadas e dóceis, múltiplas potências que se lhe deparam temerosas e insubmissíveis. Os velhos preconceitos de incompatibilidade entre as teorias e a prática ruíram por terra e, felizmente para a humanidade, bem longe vão já os tempos em que se aceitava o adágio bom em teoria, mal na prática. Hoje em dia, a indústria se inspira continuamente na ciência e do íntimo consórcio entre a teoria e a prática resultam os grandes aperfeiçoamentos obtidos nesse vasto campo de ação. O grande desideratum da época moderna consiste em produzir bem, muito e barato e em realçar cada vez mais a dignidade humana. E este desejo é atingido pelo emprego das máquinas que multiplicam a força animal e dos processos técnicos que aumentam a capacidade produtiva, recursos que só podem ser bem aproveitados quando tem por guia uma boa educação profissional.*

Como se vê, a máquina era objeto de apologia, mas o meio de utilizá-la e obter o almejado aumento da produtividade era dado necessariamente pelo ensino profissional. Embora a tecnificação do processo



produtivo não se restringisse, nas metas do governo, ao setor industrial, atingindo também as atividades primárias, reconhecia-se que a indústria era a força mais avançada de se obter o progresso:

*Esse objetivo, porém, só pode ser atingido pela substituição ou pelo aperfeiçoamento dos métodos de produção que exigem um certo preparo, uma certa cultura de parte dos industriais, preparo e cultura que só as escolas profissionais podem ministrar. Deixando, sempre que possível for, a iniciativa da criação desses institutos à ação particular, cumpre, entretanto, ao Estado prestar-lhes todo o auxílio compatível com seus recursos financeiros, pois que o desenvolvimento dos mesmos institutos é um penhor seguro ao desdobramento da atividade industrial (Anais da Assembléia de Representantes de 1908).*

No conjunto das atividades desenvolvidas pelo governo no terreno da difusão do ensino técnico, a Escola de Engenharia e o seu Instituto Técnico-Profissional Benjamin Constant ocuparam sempre o centro das atenções. Como instituição de elite, difusora de conhecimentos científicos especializados, a Escola de Engenharia divulgou os mais recentes processos tecnológicos aplicados à indústria. Os artigos publicados pela sua revista (**EGATEA**) versavam, em geral, sobre inovações técnicas e processos racionais de produção que permitiriam um aproveitamento integral da matéria-prima e a fabricação de um artigo dentro de normas de higiene e qualidade. Na superação de processos rotineiros de produção, a Escola de Engenharia, "*filha dileta de Júlio de Castilhos*", foi o "carro-chefe" da política governamental voltada para o aperfeiçoamento dos processos industriais e para o ensino profissional para operários.

**Referia A Federação em 1911:**

*A Escola de Engenharia de Porto Alegre é um produto da atividade e da harmonia de vistas do Partido Republicano, que assim se torna um fator importante do desenvolvimento moral, intelectual e prático do Estado. Ela está destinada a fornecêr ao Rio Grande do Sul as levas de profissionais habilitados que se coloquem à testa das indústrias, promovendo o aperfeiçoamento dos métodos e multiplicando o rendimento das fontes de produção. Transformou, por esse meio, os nossos processos industriais, libertando o Estado da rotina, tal parece ser a missão social que lhe está reservada.*

Em 1913, ao renovar a concessão de percepção da taxa profissional de 4% para a Escola de Engenharia, a Assembléia de Representan-

tes emitia o seguinte parecer em 1915:

*É de consignar-se aqui que a Escola de Engenharia não é uma escola para preparar engenheiros no Brasil. Instituto livre, evoluiu, criou um conjunto de institutos de ensino que cada vez são mais aperfeiçoados e projeta outros institutos e novos aperfeiçoamentos. Essa grandiosa instituição tem com o Estado apenas relações de ordem econômica e financeira, indispensáveis para a sua manutenção e para o prosseguimento do seu elevado fim.*

Embora esteja enfatizada aqui apenas a sua relação econômica com o governo, sem dúvida alguma a instituição correspondeu a um dos aparatos de construção da hegemonia burguesa e do PRR no Estado, bem como atendeu aos interesses do empresariado industrial. Aliás, o PRR jamais deixou de enfatizar o lado político-partidário da orientação seguida pela Escola, definida como “*criação exclusiva do partido republicano*”:

*[...] Essa Escola que prepara homens úteis à pátria é o produto de um trabalho perseverante e tenaz do partido republicano. Todos que labutam naquele estabelecimento e principalmente aqueles a que a escola deve a sua vida e prosperidade, são indivíduos filiados ao nosso partido, que, na sua ação pública, pautam a conduta pelas normas gerais do nosso programa – trabalhar pelo progresso homogêneo e uniforme do Rio Grande do Sul (A Federação, 08/mar/1912).*

Preparando uma elite com os conhecimentos técnicos necessários para aplicação no desenvolvimento econômico do Estado, e, ao mesmo tempo, difundindo o ensino profissional com a qual qualificava a mão-de-obra para a indústria, a Escola de Engenharia foi, assim, uma das mais expressivas instituições na busca do aperfeiçoamento racional dos processos produtivos.

Por outro lado, a Escola de Engenharia foi uma difusora da visão taylorista, enquanto defensora da tecnificação e do processo de intensificação do trabalho, que se afirmaria progressivamente ao longo dos anos.

Neste sentido, a revista **EGATEA**, da Escola de Engenharia de Porto Alegre, foi uma propagadora dos modernos processos tecnológicos com aplicação industrial. Em seus artigos, encontram-se numerosas referências, por exemplo, ao uso e à descrição técnica dos frigoríficos e de suas possibilidades de utilização no beneficiamento da carne, ao processo de fabricação de manteiga, às técnicas da produção do vinho,

aos métodos mais aperfeiçoados da extração do carvão e às modernas técnicas de refinamento da banha em fábricas.

Portanto, através da constituição de um grupo técnico superior, o governo procurou obter a racionalização da produção industrial gaúcha. Deste processo, não esteve ausente a formação de uma mão-de-obra qualificada, que contribuísse para aquele processo com a sua habilitação profissional adequada. Paralelamente ao conteúdo racionalizador da produção, voltado para o intento de produzir mais e melhor a fim de aumentar a lucratividade das empresas, o ensino profissional para os operários teve também a sua preocupação disciplinar e moralizadora, consoante a norma republicana de eliminar o potencial de conflito pela educação.

Em relatório apresentado ao Conselho Municipal de Porto Alegre, o intendente da capital assim se pronunciava, já em 1897:

*O desenvolvimento que vai tendo a classe operária nesta cidade, onde constantemente estão sendo estabelecidas fábricas, as contínuas edificações que se fazem, que vão ocupando não pequeno número de operários, me anima a lembrar-vos a fundação de um estabelecimento de instrução de tal natureza, à semelhança dos que já existem em algumas capitais do País, algumas das quais em condições menos favoráveis do que a sede do nosso município.*

O intendente Dr. José Montauray de Aguiar Leitão pôs à disposição do diretor da Escola de Engenharia uma verba para a instalação do Liceu de Artes e Ofícios, e o Conselho Municipal de Porto Alegre estabeleceu que fosse construído um prédio onde pudessem se adaptar ambas as instituições. Estabelecimento destinado especialmente à instrução gratuita de operários, o Liceu deveria funcionar à noite e, a partir de 1900, passou a chamar-se Escola Benjamin Constant, numa explícita evocação das matrizes positivistas de orientação.

Em 1906, foi inaugurado o estabelecimento – Instituto Técnico Profissional Benjamin Constant –, com um elenco de disciplinas que tanto envolviam noções gerais ministradas numa escola comum, quanto desenvolviam conhecimentos técnicos aplicados aos diversos ofícios. No seu início, o estabelecimento contou com 15 crianças, que o governo almejava se tornassem “*cidadãos úteis à República, contribuindo com o seu trabalho inteligente para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da indústria nacional*” (Relatório do Intendente de Porto Alegre de 1911).

O Instituto Benjamin Constant receberia também auxílio anual do governo do Estado. Esta atuação do governo estadual levaria o inten-

dente da capital a declarar sobre as crianças que freqüentavam a escola: “satisfeitos, bendizem o nome de Borges de Medeiros”. O estabelecimento de ensino profissional era, neste caso, o local onde a “*infância desfavorecida da fortuna*” encontrava “*os elementos de educação para tomar-se um cidadão útil à sua Pátria e à sua família*” (Relatório do Intendente de Porto Alegre de 1911).

Referia **A Federação** sobre o Instituto Técnico-Profissional:

*O sistema consiste em estimular e cultivar as aptidões especiais do aluno, de modo a obter o máximo aproveitamento, pondo-se ao seu alcance os materiais necessários. [...] Em suas oficinas as crianças pobres, salvas da vadiagem corruptora, aprendem um ofício que as torna aptas a trabalharem para viver e fortalecer-lhes o caráter, preparando-se, assim, o adulto do futuro para ser útil a si mesmo e à sociedade. Ali se ensina desde as profissões mecânicas, a escultura e modelagem, a galvanoplastia e fototécnica, até a arte tipográfica, de impressão e encadernação.*

Ao mesmo tempo que procurava preparar as elites, ideologicamente o governo se apresentava como “benfeitor dos humildes”, ao habilitar mão-de-obra para as fábricas. O princípio positivista da “proteção dos fortes aos fracos” encontrava neste ponto uma das suas formas de realização. O governo podia inclusive vangloriar-se que, em 1910, quando a União passou a se ocupar com a organização do ensino técnico e profissional, este ensino já se encontrava instalado há anos no Estado, em **sólidas bases... (A Federação, 12/maio/1914).**

Referia o intendente em seu relatório ao Conselho Municipal:

*A educação técnica-profissional em uma cidade como a nossa, onde as indústrias prosperam, exigindo maior número de operários, constitui para a administração pública o dever de desenvolvê-la, porque vem ela cooperar para o progresso industrial do município, fornecendo-lhe pessoal idôneo e preparado para o nosso meio, o que incontestavelmente disporá de melhores condições do que o importado. [...] Com um operariado assim preparado, o estado econômico do município naturalmente progredirá e trará como consequência o aumento de sua riqueza. [...] A criação de tais escolas é uma das preocupações mais sérias da administração pública, atendendo que são nestes templos que se forma o cidadão com cultura moral, sentimento pátrio, que sendo um elemento de paz poderosamente concorre no exercício de sua profissão para o engrandecimento moral e material da sociedade em que vive, e dá qual é parte integrante.*

O intendente reforçava suas idéias com a citação de trecho da

mensagem de Borges de Medeiros à Assembléia de Representantes em 1909:

*De fato, preparando os filhos de operários e meninos pobres ao exercício das artes mecânicas, a escola os tornará capazes de dirigir fábricas e oficinas, habilitando-os a dispensar o concurso de mestres e oficiais estrangeiros para aqueles serviços.*

A exposição do intendente revela claramente que a iniciativa do governo ia ao encontro dos interesses da burguesia industrial sob vários aspectos. Por um lado, habilitava tecnicamente a mão-de-obra, adestrando-a para o trabalho fabril; por outro, o conteúdo moral do processo educativo refreava impulsos e tornava dócil a força-trabalho, aparando conflitos. Além disso, a formação profissional de um contingente interno de mão-de-obra dispensaria a custosa prática de importar do estrangeiro operários qualificados.

O Instituto Técnico Profissional Benjamin Constant, em 1918, passou a chamar-se Instituto Parobé, em homenagem ao ex-diretor da escola, João Pereira Parobé, então falecido. Dentre as atividades integrantes do seu plano de ensino, o Instituto, agora Parobé, promovia visitas aos estabelecimentos fabris da capital, a fim de que os alunos pudessem observar "in loco" o trabalho industrial.

Na sua política de expansão, o Instituto Parobé inaugurou em 1919 um novo curso gratuito noturno para meninos pobres e para aperfeiçoamento de operários. Segundo **A Federação** a atividade se enquadrava no espírito das metas que o presidente da República Wenceslau Braz havia imprimido ao ensino técnico profissional. Sob a direção do engenheiro João Lüderitz, funcionariam dois cursos elementares e dois técnicos, onde seriam ministradas, além das matérias necessárias aos principiantes, aulas especiais de desenho geométrico, ornamental e industrial, com a respectiva técnica própria de cada ofício. Os cursos do Instituto Parobé estavam funcionando com aulas diversas (para os meninos pobres e filhos de operários) e noturnas (para menores e de aperfeiçoamento para operários). Era solicitado, no ato da inscrição dos alunos, um atestado de pobreza passado pela autoridade municipal do distrito de residência ou um atestado de operário, passado pelo chefe da fábrica em que o mesmo trabalhasse.

Observava **A Federação** (23/jul/1919):

*Os alunos já auferem resultados dos trabalhos feitos por empreitada, sendo-lhes pagos mensalmente 50% em folha e o restante creditado*

*em caderneta de economias [...]. Tem aumentado sensivelmente o número de alunos diplomados que têm sido aproveitados como contramestres no próprio estabelecimento e nas filiais mantidas pela Escola de Engenharia.*

Portanto, o curso aproveitava para promover a capacidade técnica da sua própria auto-sustentação.

Segundo informações oficiais, muitos dos ex-alunos ingressavam nas indústrias como aprendizes dos ofícios para os quais se tinham habilitado, obtendo remuneração que atendia *“perfeitamente às suas necessidades”*. O “salário remunerado” ficava por conta da propaganda oficial da intendência com relação ao estabelecimento que subvencionava. Deve-se levar em consideração, contudo, que um operário mais bem habilitado era realmente melhor remunerado do que aquele que não possuísse qualificação profissional. Este dado, entretanto, não é suficiente para reverter as condições precárias de vida do trabalhador fabril nos centros urbanos da época. O próprio desenvolvimento do processo industrial no Estado, com a introdução de maquinária, requeria um tipo especial de operário. A tecnificação da empresa implicava um processo de qualificação/desqualificação da força-trabalho, uma vez que, se permitia, por um lado, a incorporação de mulheres e crianças, por outro, exigia trabalhadores melhor preparados.

Este processo era percebido pelos poderes públicos:

*Já hoje a concorrência em que forçosamente entrarão dentro de poucos anos as indústrias exige que o operário seja um homem culto. Não basta mais que saiba simplesmente manejar sua ferramenta e movimentar suas máquinas de trabalho, seguindo a rotina de tantos anos e que acumulou sua experiência, hoje é preciso que o operário saiba ler e escrever o idioma de seu país e tenha noções de alguma língua estrangeira, para poder acompanhar o progresso de seus colegas da terra e fora; é preciso que saiba exprimir as suas idéias e compreender as dos outros; e como nas indústrias as idéias são representadas por desenhos, é preciso que saiba desenhar e desenhar tecnicamente bem, a fim de que todos compreendam e saibam executar as suas idéias, é preciso mais, que o operário saiba avaliar de antemão o custo provável do trabalho que vai executar por outros e para isto precisa que ele saiba fazer seus orçamentos, o que requer completo conhecimento dos métodos de trabalho, da cubação da peça a executar, dos processos de execução, do custo da mão-de-obra e dos materiais a empregar. Precisa, pois, da tecnologia em seu ofício (EGATEA, jul/ago 1917).*

Na realidade, a proposta apresenta um exagero de exigências na habilitação referente à cultura, mas é pertinente enquanto mapeamento da necessidade de mudanças, de adequação de mão-de-obra às necessidades da empresa.

Em 1920, o Instituto Parobé inaugurava um curso feminino, que compreendia o ensino de trabalhos manuais e direção da casa de família, curso este que vinha despertando o interesse das pessoas pobres da capital. Desta maneira, a instituição não se limitava a preparar a força-trabalho para a fábrica, mas também o contingente de empregadas domésticas da época. . .

No decorrer da década de 20, o Instituto Parobé ampliou cada vez mais a sua atuação, no sentido de tornar-se um estabelecimento modelo de ensino técnico e profissional, cobrindo com o seu elenco de disciplinas as variadas habilitações exigidas pela indústria de sua época. A par do ensino formal das disciplinas ordinárias de outros cursos secundários, na sua parte profissional a aprendizagem era feita pela prática nas oficinas, simultaneamente, com as noções teóricas.

Na esfera privada, os industriais projetaram o poder disciplinar da empresa – que é, antes de mais nada, um poder de adestramento – para o terreno da educação. Assim, a escola que surgiu no âmbito da fábrica, anexa a ele, tinha o papel de não só formar mão-de-obra habilitada às necessidades da empresa, como também torná-la dócil, eliminando focos de tensão e prevenindo conflitos.

Ora, a relação pedagógica não pode ser limitada a relações especificamente escolares, esteja ela revestida de um caráter técnico-profissional ou simplesmente dos conteúdos formativos habituais das escolas comuns.

A escola é um dos caminhos da construção da hegemonia burguesa; com relação aos trabalhadores, implica fornecer-lhes uma direção, uma pauta de valores e um código de normas de atuação. Portanto, a educação se apresenta também como um esforço para manter e garantir uma situação de dominação.

Talvez o exemplo mais antigo que se tenha no Rio Grande do Sul de uma preocupação empresarial com a educação operária seja a da fábrica de tecidos Rheingantz, de Rio Grande, posteriormente chamada União Fabril.

Originariamente, a empresa oferecia uma aula que funcionava aos domingos para dar instrução aos meninos que nela trabalhavam. Em 1882, esta atividade foi ampliada para a formação de uma escola para

os operários menores das oficinas do estabelecimento. As aulas eram obrigatórias e realizavam-se em dois turnos que se revezavam, dedicando-se meio dia ao serviço da fábrica e meio dia aos trabalhos escolares. As aulas ocupavam uma sala do prédio da Sociedade de Socorros Mútuos, construído no terreno da fábrica de lã *“com o saldo da caixa da mesma associação e o resto que foi aplicado para este fim, dos dinheiros da Caixa Econômica”* (Relatório da Rheingantz de 1886). Cabe salientar, portanto, que o prédio fora construído com os recursos dos próprios operários, e só a partir de 1897 é que a empresa chamou a si o edifício, proporcionando aos operários o uso gratuito do mesmo. Da mesma forma, despesas com professores e livros, bem como o aumento das salas de aulas, ficavam por conta da fábrica.

Nestas aulas, eram admitidos, ao lado dos meninos operários, os filhos pequenos dos empregados da fábrica, meninos e meninas menores de 12 anos. A escola alfabetizava as crianças e proporcionava também estudo aos próprios operários adultos que quisessem frequentá-la. Esta atividade da Companhia União Fabril, na área da educação, era considerada pela comunidade como meritória, e eram freqüentes os elogios da Comissão Escolar do Município sobre o aproveitamento de seus alunos.

Em outras empresas do Rio Grande do Sul também se registrou esta projeção do domínio fabril sobre a vida operária. Na charqueada Santa Tereza, do Visconde de Ribeiro de Magalhães, estabelecida em Bagé, funcionava, na primeira década do século, um colégio misto para 60 alunos, sendo o professor pago pela Intendência Municipal.

No estaleiro Mabilde, na ilha da Pintada, os filhos dos operários da empresa recebiam instrução gratuita em aulas particulares, custeadas pela fábrica. Em Porto Alegre, no bairro operário de Navegantes, funcionava uma escola para os filhos dos operários da Companhia Fabril Porto-alegrense, mantida com as multas cobradas dos operários da mesma fábrica. A Companhia Carbonífera Riograndense e a Cantina Caxiense e Luís Antunes criaram também escolas anexas às empresas.

Nesta linha de atuação, as empresas passavam a intervir mais amplamente sobre a família operária, enquadrando-a às necessidades da fábrica. A escola revelava-se um importante instrumento de socialização, treinamento e controle da força-trabalho. Nela, as crianças seriam treinadas para as tarefas da fábrica e educadas dentro dos padrões ideológicos ditados pela empresa, com o que se pretendia formar uma mão-de-obra adequada. Tais iniciativas diziam respeito, como se vê,



principalmente à formação e ao controle da força-trabalho de mais baixa remuneração: os menores que trabalhavam nas fábricas.

Portanto, reproduziam-se na esfera privada, se bem que em menor escala, medidas levadas a efeito pelo poder público. A conjugação das ações particulares e governamentais tinham, contudo, um mesmo objetivo: racionalizar a produção e assentar o controle empresarial sobre o operariado, com o que se viabilizava o projeto regional republicano de consolidação capitalista no Estado e solidificavam-se os laços entre a burguesia industrial e o estado.

## BIBLIOGRAFIA

- A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 11/2/1911; 8/3/1912; 17/10/1911; 12/5/1914; 23/7/1919; 18/12/1913 e 10/8/1916.
- ANAIS da Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul de 1898, 1908, 1911, 1915 e de 1919.
- COMTE, Augusto. **Discurso Sobre o Espírito Positivo**. São Paulo, Abril Cultural, 1978 (Coleção Os Pensadores).
- EGATEA. **Revista da Escola de Engenharia**, anos 1914 a 1926.
- ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL. **Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 8:48-9, dez. 1922.
- FERREIRA FILHO, Arthur. Júlio de Castilhos e o Positivismo. In: WERNECK, Américo et alii. **Júlio de Castilhos**. Porto Alegre. DAC/SEC/IEL, 1978.
- MENSAGEM do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul: 1899, 1900, 1902, 1905, 1914 e 1918.
- RELATÓRIO do Intendente de Porto Alegre de 1897 a 1919.
- RELATÓRIO de Rheigentz. Rio Grande, 1886.
- RELATÓRIO da Secretaria dos Negócios da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, 1908.
- RELATÓRIO da Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior do Estado do Rio Grande do Sul: 1899, 1903, 1907 e 1910.
- RELATÓRIO da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul: 1908 e 1912.
- REVISTAS, Relatórios e Boletins do **Centro Econômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1905 a 1907.